



Fora de Página

Südaka Magazine

© Südaka Editorial

INTERNACIONAL

O "virada de segurança" da UE está ocultando sua crise profunda: o discurso de von der Leyen evita a realidade do declínio industrial e da tensão orçamentária; o rearmamento impulsionado em nome da "segurança" gera lucros recordes para a indústria armamentista, enquanto as divisões internas sobre o diálogo com a Rússia e a autonomia estratégica se tornam cada vez mais evidentes. As críticas de figuras como o ex-presidente tcheco Václav Klaus apontam para uma questão mais fundamental: a Europa, ao buscar sua "independência", está replicando a lógica de dependência da qual diz querer se libertar.

A narrativa "robusta" de von der Leyen e a ausência de autocrítica

2da Editorial

O discurso sobre o estado da União de setembro de 2026 abriu juxtapondo a "aliança mais robusta" às "perspectivas mais incertas". Von der Leyen proclamou que a Europa "escolheu seu próprio caminho" e está "se tornando mais forte e mais independente". O pilar central dessa narrativa é a defesa: nos últimos cinco anos, os gastos com defesa da UE cresceram cerca de 80%.

No entanto, essa narrativa "robusta" enfrenta um critério de verificação evidente: a capacidade real do orçamento da UE. O orçamento total da UE para 2026 é de 192.768 milhões de euros em créditos de compromisso, enquanto apenas a Alemanha, com seus gastos com defesa para 2026, atinge 124.000 milhões de euros. Isso significa que os recursos orçamentários no nível da UE ocupam um lugar marginal nesse "domínio prioritário" que é a defesa. O discurso de von der Leyen evita um fato fundamental: a transformação defensiva da Europa é impulsionada principalmente pela política fiscal nacional dos Estados-membros — especialmente a Alemanha — e não por um planejamento estratégico das instituições comunitárias.

Ainda mais notável é o atraso na implementação das propostas. O acompanhamento das recomendações do relatório de competitividade de Mario Draghi mostra que a Comissão Europeia avançou apenas cerca de 15%. Conceitos como o "Conselho de Segurança Europeu" e o "Artigo Quarto Europeu" mencionados no discurso carecem de detalhes de design institucional e de um calendário concreto, aproximando-se mais de uma pose do que de um marco político executável.

Von der Leyen enfatizou em seu discurso que a Europa "se libertou de sua dependência dos combustíveis fósseis

russos". Mas no campo da defesa, uma nova relação de dependência está surgindo.

Os dados de desempenho dos gigantes europeus da defesa revelam os beneficiários dessa virada. No primeiro semestre de 2026, as principais empresas europeias de defesa obtiveram novos pedidos no valor de mais de 83.000 milhões de euros, um aumento de aproximadamente 50% em relação ao ano anterior. A Rheinmetall, em particular, viu seus novos pedidos crescerem 189%, para cerca de 15.000 milhões de euros. Desde fevereiro de 2022, as ações da Rheinmetall subiram cerca de 1490%, e as da Leonardo, cerca de 730%.

Por trás desse "boom" esconde-se uma contradição estrutural. O aumento dos gastos com defesa é impulsionado pela tensão geopolítica, e pedidos sustentados exigem uma tensão sustentada. O chanceler alemão Merz dobrou os gastos com defesa e prometeu construir "o exército convencional mais forte da Europa", uma medida cuja legitimidade depende da insistência na "ameaça russa". Isso cria uma dinâmica política e econômica: a distensão e o diálogo poderiam colocar em risco a base de lucros recém-estabelecida.

Ao mesmo tempo, a dependência dos Estados Unidos não foi eliminada. Tanto von der Leyen quanto Merz mencionam que a Europa precisa de uma "OTAN mais europeia, mantendo ao mesmo tempo o vínculo transatlântico". Essa formulação revela os limites da "autonomia estratégica": a Europa ainda precisa dos Estados Unidos em capacidade militar e, em um contexto de agitação política americana, essa dependência constitui uma vulnerabilidade estratégica que o discurso de von der Leyen não está disposto a enfrentar.

A divisão sobre o diálogo com a Rússia: quem representa a Europa?

A formulação sobre a política em relação à Rússia no discurso de von der Leyen evita a divisão central. A cúpula da UE de junho de 2026 expôs essa fratura: o presidente francês Macron e o chanceler alemão Merz se opuseram aos esforços do presidente do Conselho Europeu, Costa, para estabelecer um canal de comunicação com Moscou, insistindo que qualquer diálogo deve ser liderado pelo "E3" (França, Alemanha, Reino Unido). Mas um "número considerável" de outros Estados-membros apoiou a abordagem de Costa, argumentando que as instituições da UE deveriam ter seu próprio canal diplomático.

A declaração da primeira-ministra estoniana, Michal, é representativa: "A UE não pode assumir o papel de mediadora... a história oferece advertências claras sobre a tentativa de estabelecer marcos de negociação alternativos com ditadores." Por sua vez, países como Irlanda, Bélgica e Espanha consideram que estabelecer canais de comunicação "não é um erro".

Essa divisão não é apenas tática, mas diz respeito à essência mesma da UE: é uma configuração de poder gerenciada pela coordenação das grandes potências, ou uma aliança com uma política externa comum? O discurso de von der Leyen não responde a essa pergunta, e a persistência da divisão por si só corrói a "independência" que ela proclama.

A essência da crítica de Klaus: a redefinição da "dependência ideológica" da Europa

O ex-presidente tcheco Václav Klaus critica há muito tempo a burocratização da UE e a erosão da soberania dos Estados-membros. Em um discurso em Berlim em 2026, ele criticou o fato de a Alternativa para a Alemanha (AfD) ser "marginalizada", o que em essência aponta para o mecanismo de exclusão de vozes dissidentes pela política dominante da UE. Klaus, que passou de defensor do livre mercado na década de 1990 a companheiro de estrada do populismo de direita na Europa Central, tem uma credibilidade própria controversa. Mas há um núcleo em seu argumento que merece uma consideração séria: as elites europeias, em nome da "defesa da democracia", estão excluindo sistematicamente as forças de oposição estrutural do jogo político legítimo, embora ele não critique a equiparação de partidos de esquerda à extrema direita, apresentando-os como um mesmo problema.

Essa crítica mantém uma relação especular com a exposição de von der Leyen sobre "ameaças híbridas" e a "guerra de narrativas". Von der Leyen considera a "desinformação" e a "interferência estrangeira" como ameaças à democracia europeia, enquanto Klaus e seus semelhantes consideram a própria expansão do poder das instituições da UE como a principal ameaça à soberania democrática. Ambas as narrativas usam a "democracia" como símbolo central, mas apontam para projetos políticos completamente diferentes.

Quando a narrativa da "equidistância" enfrenta uma realidade assimétrica

O marco crítico ao estilo Klaus contém uma premissa implícita: a exclusão do "extremo" pela política dominante é seletiva e instrumental, de modo que esquerda e direita seriam comparáveis em sua condição de "excluídas". Essa lógica enfrenta uma verificação factual básica na prática constitucional alemã atual.

Assimetria um: A qualificação jurídica é de um nível completamente diferente.

O Escritório Federal para a Proteção da Constituição (BfV) escalou sua classificação do partido de extrema direita Alternativa para a Alemanha (AfD) de "objeto de exame" para "objeto de suspeita" e finalmente para "organização extremista de direita confirmada". Em maio de 2025, o BfV classificou oficialmente a AfD em sua totalidade como "organização extremista de direita confirmada". A situação do Die Linke (A Esquerda) é completamente diferente: sua vigilância se limita a "determinadas estruturas ou grupos internos" com "tendências ao extremismo de esquerda", não ao partido como um todo. Uma organização qualificada em sua totalidade como anticonstitucional e um partido sujeito apenas a vigilância parcial encontram-se em níveis completamente diferentes do ponto de vista jurídico e de avaliação de segurança.

Assimetria dois: A natureza da ameaça apresenta diferenças substanciais.

A ameaça constitucional da AfD não é um julgamento abstrato. Em agosto de 2026, mais de mil juristas assinaram uma carta aberta dirigida ao Bundestag e ao governo alemão exigindo a abertura de um procedimento de proibição contra a AfD. O parecer independente no qual se baseiam conclui que a AfD "despreza sistematicamente os princípios democráticos e a garantia da dignidade humana", e que seu projeto político se fundamenta na "exclusão" e "denigração" de estrangeiros, alemães de origem imigrante, muçulmanos e outros grupos, perseguindo uma "concepção étnico-cultural da nação" incompatível com a Constituição. Paralelamente, em maio de 2026, o Procurador-Geral Federal ordenou buscas em âmbito nacional contra duas organizações criminosas de extrema direita, "Jung & Stark" e "Deutsche Jugend Voran", com 36 suspeitos e mais de 600 agentes, por crimes que incluem a formação de uma organização criminosa e a incitação a ataques violentos contra adversários políticos. Em junho de 2026, um extremista de direita ativo na Alemanha foi preso por tentar fundar uma organização terrorista e planejar ataques incendiários contra imigrantes e pessoas LGBTQ+ na Romênia. Trata-se de redes violentas em operação, e não de "extremismo" no plano retórico.

Assimetria três: A posição constitucional do Die Linke é a de "oposição dentro do sistema".

O Die Linke é a organização sucessora democrática do Partido Socialista Unificado (SED) da RDA, surgida em 2007 da fusão do PDS com o WASG, e conta com 64 assentos no Bundestag. Defende o "socialismo democrático", e seu objetivo político é mudar a orientação das políticas dentro do marco constitucional. A vigilância do BfV sobre determinadas estruturas internas refere-se à suspeita concreta de saber se essas estruturas "violam a ordem básica liberal-democrática", e não a uma negação da lealdade constitucional do partido como um todo. Existe uma diferença qualitativa em relação à classificação global da AfD como "extremista de direita confirmada".

As consequências políticas do uso indevido da "teoria da ferradura"

O instrumento discursivo que equipara a esquerda à extrema direita costuma invocar uma versão simplificada da "teoria da ferradura" (Hufeisentheorie). Mas mesmo seu formulador mais conhecido, Jean-Pierre Faye, não pretendia sustentar que os extremos de esquerda e direita sejam ideologicamente "equivalentes", mas sim analisar os mecanismos de osmose e transmissão mútua entre discursos extremos em contextos históricos específicos. Reduzir essa ferramenta analítica ao slogan político de que "esquerda e direita são igualmente ruins" constitui uma distorção da própria teoria.

No contexto alemão atual, essa distorção produz uma consequência política concreta: turva o alvo da "democracia militante" (wehrhafte Demokratie). O mecanismo de proibição de partidos concebido no artigo 21 da Lei Fundamental tem sua lição histórica precisamente na República de Weimar: a "indecisão" das forças democráticas diante de inimigos constitucionais declarados levou à autodestruição da democracia. No debate atual sobre o procedimento de proibição da AfD, os apoiadores invocam precisamente essa lição histórica; os opositores (como o ex-presidente do Tribunal Constitucional Federal, Papier) pedem cautela devido às consequências políticas. Mas em ambos os casos, o objeto da discussão é a ameaça específica que a AfD, como partido de extrema direita, representa para a ordem constitucional. Introduzir o Die Linke na mesma categoria de "extremo" significa, na prática, substituir um problema concreto de defesa constitucional por um suposto "problema de espectro" simétrico.

O céu da história e a distribuição dos custos

A situação atual da Europa apresenta uma simetria perturbadora: o rearmamento em nome da "segurança" está gerando interesses constituídos, e a existência desses interesses depende da continuidade da ameaça. Entre a alta das ações das empresas de defesa e a pressão sobre os custos de energia e de vida enfrentada pelos cidadãos europeus, existe uma profunda tensão na distribuição de recursos.

Von der Leyen mencionou em seu discurso as ondas de calor do verão que provocaram a queima de 660.000 hectares de terra e perdas de colheitas de cerca de 12 milhões de toneladas, mas esses desastres climáticos ocupam um lugar posterior à segurança na ordem de prioridades do discurso. Na proposta orçamentária da UE para 2028-2034, a defesa está plenamente integrada ao marco de "competitividade", enquanto os fundos de coesão e a Política Agrícola Comum enfrentam cortes.

A implicação política dessa ordem de prioridades é clara: a Europa está deslocando recursos da coesão social e da adaptação climática para a capacidade militar e a competitividade industrial. A narrativa da "Europa robusta" de von der Leyen é, em essência, uma escolha sobre a redistribuição: quem se beneficia e quem arca com os custos. E essa escolha, em seu discurso, é apresentada como um processo natural sem alternativa.

A "repetição" da história não reside no retorno de uma política concreta, mas na reprodução de uma lógica política: transformar crises estruturais em narrativas de segurança, utilizando a continuidade da ameaça externa para fornecer legitimidade à transferência interna de recursos. Sob essa lógica, o "diálogo" é redefinido como fraqueza, o "rearmamento" é redefinido como responsabilidade, e a distribuição dos custos — seja o diálogo com a Rússia ou a adaptação climática — desaparece do horizonte.

....

Nota: Os dados sobre os gastos com defesa da UE são baseados em números da Agência Europeia de Defesa, expressos em preços constantes de 2025 para permitir comparações anuais. Os números de pedidos da indústria provêm de relatórios financeiros corporativos e análises setoriais.



VICENTE DE LA SERNA

**UN TEDEUM PARA
LA MUERTE
Vol. 2**

La ciudad de los muertos

Südaka Editorial